



## **CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

**CONTRATANTE: KELLI DA SILVA CATARINO**, inscrita no CPF nº 022.422.953-22 e no RG nº 2000010157809 SSPDS CE, autônoma, solteira, brasileira, residente e domiciliada na Av. Zezé Diogo, 3135, Vicente Pinzon, Fortaleza - CE, CEP: 60182-026, telefone 85 85 99800-7714, kellisilva8515@gmail.com

**CONTRATADOS: OUTORGADO (S): THAIS ANGELONI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ nº 24.045.799/0001-09, com sede na Av. Virgílio Tavora, 1701 - sala 1103, Meireles - Fortaleza - CE, 60170-250, neste ato representada por THAIS DE MENDONÇA ANGELONI, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB/CE sob o número 25.695, ambos com escritório profissional no endereço supracitado.

### **Qual é o serviço que será prestado?**

1. A Contratada se comprometem a prestar os serviços advocatícios, na impetração, defesa e acompanhamento de:

Embargo de terceiro junto ao processo 3035132-51.  
2025.8.06.0001 e afins na tentativa de indeniza-  
ção acerca da busca e apreensão do veículo.

### **Quais valores a serem pagos?**

2 Em contraprestação, os Contratantes se comprometem a remunerar a prestação dos serviços da Contratada no valor equivalente à

Honorários Iniciais

Total: R\$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)

2.1. Fica facultado à contratada iniciar o objeto deste contrato após os honorários iniciais serem adimplidos.



2.2. Estabelecendo-se ainda que eventuais honorários sucumbenciais pertencem exclusivamente à Contratada e não se confundem com os honorários contratuais aqui tratados, com espeque no Art. 30, I da Lei nº 13.327/16.

2.3. Em caso de êxito na causa, haverá cobrança de honorários contratuais no montante de:

---

**Honorários *Ad Exitum***

30% de todo o proveito financeiro e/ou redução das dívidas, compensando o valor do carro.

2.4. Em caso de autocomposição entre as partes, ou necessidade de recursos nos processos (Agravos de Instrumento, Apelação, Recurso Inominado ou outros), haverá um acréscimo de 10% nos honorários *Ad Exitum* devido a contratante.

2.5. Os honorários *Ad Exitum* tem seu vencimento em 5 dias após o recebimento dos valores, ou do trânsito em julgado.

2.6. Fica autorizado que a contratada receba os valores totais em relação ao objeto deste contrato, através de Alvará Judicial ou de Acordo, e retendo os honorários, iniciais ou *ad exitum*, e repassando para a contratante o valor restante.

***A Contratada desempenhará seu trabalho com a diligência necessária, seguindo as normas da advocacia.***

3. A Contratada praticará todos os atos relacionados ao exercício da advocacia, obrigações tipicamente de meio, particularmente aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assim como o que for especificado na outorga da procuração, com a diligência habitual que se presume da atuação profissional.

***Se necessário, a Contratada poderá delegar parte do trabalho para outro advogado.***

4. Havendo necessidade de contratação de outros profissionais no decurso do processo, a Contratada elaborará o substabelecimento, indicando advogado ou profissional de sua confiança, para auxiliá-las na defesa dos interesses dos Contratantes, correndo as despesas decorrentes desta delegação a expensas dos Contratantes.

***Custos com cópias, viagens, taxas e outros gastos devem ser pagos pelo Contratante.***





5. Todas as despesas efetuadas pela Contratada, mesmo que indiretamente relacionadas com a sua atuação, incluindo-se cópias, digitalizações, envio de correspondência, emolumentos, viagens, custas, preparo e demais gastos de natureza diversa da verba honorária, ficarão a expensas dos Contratantes, desde que previamente autorizadas.

***Se o Contratante atrasar o pagamento dos honorários, haverá multa e juros.***

6. As partes estabelecem que havendo atraso no pagamento dos honorários ensejará multa no valor de 2% (dois por cento) do valor devido e serão cobrados juros de mora na proporção de 1% (um por cento) ao mês, devidamente atualizados.

6.1 Caso a mora seja superior a 30 (trinta) dias, salvo ajuste contrário, este contrato poderá ser rescindido de pleno direito pela contratada, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial, considerando-se vencidas as demais obrigações vincendas, que serão exigidas de imediato.

6.2 No caso da mora do item 6.1, a Contratada, a seu critério, terá a opção de renunciar judicialmente a este contrato, de acordo com as seguintes condições:

- A Contratada notificará o Contratante, por escrito, ou por meios digitais (como email ou whatsapp), da inadimplência e concederá um prazo adicional razoável para o pagamento das parcelas em atraso. A notificação será enviada para o endereço físico, eletrônico ou telefone fornecido pelo Contratante neste contrato.
- Se o Contratante não efetuar o pagamento das parcelas em atraso dentro do prazo estabelecido na notificação, a Contratada poderá, a seu critério, buscar a renúncia judicial das ações em tutela judicial, buscando as medidas legais cabíveis.
- A renúncia judicial não prejudicará o direito da Contratada de buscar o pagamento das parcelas em atraso, multas, juros e outros valores devidos de acordo com os termos deste contrato, inclusive através de ação de execução.

***Se o Contratante desistir da ação ou trocar de advogado, ainda será necessário pagar pelos serviços prestados, de forma proporcional.***

7. Este contrato tem vigência até o adimplemento das obrigações ajustadas e pode ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, por escrito e com comprovante de entrega, conforme cláusulas abaixo.

7.1 A desistência do Contratante, abandono da causa por este ou o pedido de substabelecimento para outro advogado, sem a anuência da Contratada, será



considerado rescisão do contrato por culpa exclusiva do Contratante e ensejará o pagamento integral dos honorários devidos, nos termos destas cláusulas:

7.2.A Contratada, a seu exclusivo critério, poderá optar por uma das seguintes formas de cobrança para quitação do contrato:

a) Pagamento de todas as peças processuais já realizadas, conforme tabela vigente da OABCE, acrescidos de multa de R\$ 1.000,00.

O Contratante deverá pagar o valor correspondente à soma de todos os atos e peças processuais já realizados, conforme a tabela da OAB vigente, acrescido de multa rescisória no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). O contrato somente será considerado rescindido após a quitação integral desse valor.

b) Pagamento proporcional dos honorários contratuais iniciais e ad exitum

Caso a Contratada opte por esse critério, o Contratante deverá pagar os honorários iniciais (se houver) e os honorários ad exitum conforme a seguinte proporcionalidade, baseada no estágio processual atingido:

- Após Petição Inicial: 30% dos honorários ad exitum
- Após a Réplica: 40% dos honorários ad exitum
- Após a Sentença: 90% dos honorários ad exitum
- Após o Acórdão: 100% dos honorários ad exitum

7.3. Em nenhum caso os valores já recebidos pela Contratada serão devidos aos Contratantes.

7.4. Para a rescisão por parte do contratante, este deve estar totalmente adimplente no momento da notificação.

7.5. Caso o Contratante não efetue o pagamento dos valores devidos nos prazos estabelecidos neste contrato e a Contratada tenha que ingressar com ação de execução de honorários para cobrar os montantes inadimplidos, o Contratante será responsável pelo pagamento adicional de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), referente ao trabalho jurídico e administrativo necessário para a execução da dívida. Esse valor será somado ao montante total devido, além de juros, correções e custas processuais.

7.6. A execução dos honorários, se necessário for, se dará no local de assinatura deste contrato.

***Se o Contratante não pagar, os valores poderão ser descontados diretamente de sua renda.***

8. O Contratante autoriza expressamente que eventuais valores devidos à Contratada, incluindo honorários contratuais e honorários de êxito (*ad exitum*),





possam ser descontados de sua renda, salário, aposentadoria, benefício previdenciário ou qualquer outra fonte de rendimentos, respeitando o limite de até 30% (trinta por cento) do valor líquido recebido mensalmente, conforme permitido pela jurisprudência e legislação vigente.

8,1.. A presente autorização abrange também eventual execução de honorários advocatícios, caso seja necessária, podendo a Contratada requerer ao juízo competente a penhora de até 30% dos rendimentos do Contratante para garantir o pagamento dos valores devidos.

8,2. O Contratante declara estar plenamente ciente de que essa autorização visa garantir o cumprimento deste contrato e evitar medidas mais gravosas, como a penhora de bens móveis ou imóveis de sua propriedade.

***Este contrato pode ser usado para cobrar a dívida diretamente, sem necessidade de novo julgamento.***

9. O Contratante reconhece que este contrato constitui um título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, inciso III, do Código de Processo Civil, podendo ser executado diretamente em caso de inadimplência.

9.2. Fica desde já reconhecida a existência da dívida pelos honorários pactuados, permitindo à Contratada a cobrança direta, seja por execução de título extrajudicial ou por protesto do contrato em cartório.

9.3.. A dívida oriunda deste contrato não está sujeita a revisão contratual por parte do Contratante, salvo em caso de erro material, sendo vedada qualquer alegação de onerosidade excessiva ou dificuldade financeira como justificativa para a inadimplência.

***A Contratada se compromete a trabalhar da melhor forma possível, mas não garante vitória no processo.***

10. O Contratante reconhece que a Contratada não pode garantir resultados específicos nas ações judiciais. A Contratada não será responsabilizada por danos decorrentes do resultado das ações judiciais e só será responsável por agir diligentemente em defesa dos interesses do Contratante, inexistindo qualquer garantia de resultado.

11. A Contratada não será responsabilizada acaso resultem danos por não tomar conhecimento de informações e documentos substanciais para a sua atividade ou em decorrência da impossibilidade de contato com os Contratantes, que deverão manter atualizadas quaisquer informações relevantes para a demanda, bem como as informações cadastrais fornecidas por aquele.

11.1 É obrigação dos Contratantes, sempre que solicitada, entregar, fornecer ou disponibilizar à Contratada, todos os documentos necessários, provas,



informações e subsídios, em tempo hábil, para que estes possam cumprir o objeto do presente contrato. Qualquer omissão ou negligência por parte dos Contratantes serão de sua inteira responsabilidade, caso advenha algum prejuízo a seus interesses.

***O Contratante deve fornecer todos os documentos e informações necessárias para a atuação da Contratada.***

11.2. O Contratante se compromete a fornecer todos os documentos, informações e provas necessárias para a execução dos serviços advocatícios, dentro dos prazos informados pela Contratada. Caso o Contratante deixe de cumprir essa obrigação, inviabilizando a defesa ou causando prejuízo ao andamento do processo, a Contratada poderá, a seu exclusivo critério:

- Renunciar à causa, sem devolução de valores já pagos.
- Cobrar os honorários na forma proporcional ao serviço já prestado, conforme cláusula 7.
- Responsabilizar o Contratante por eventuais danos decorrentes da omissão de informações.

***O Contratante não pode fazer acordo diretamente com a parte contrária sem a participação da Contratada.***

12. O Contratante se compromete a não negociar diretamente com a parte contrária ou seus advogados, sem o conhecimento e anuência da Contratada.

12.1. Caso o Contratante celebre um acordo sem a participação da Contratada, os honorários ad exitum serão devidos integralmente, considerando que o benefício financeiro foi obtido em razão do serviço prestado.

***Todas as comunicações devem ser feitas e confirmadas pelos canais oficiais da Contratada.***

13. As partes concordam que toda a comunicação referente a este contrato será realizada por escrito e enviada para os endereços e e-mails fornecidos pelas partes. Qualquer alteração de endereço ou contato deve ser comunicada por escrito à outra parte.

13.1 As comunicações entre as partes referentes a este contrato, incluindo notificações, orientações processuais, cobranças e quaisquer informações relevantes, serão realizadas exclusivamente pelos seguintes canais oficiais da Contratada:

- Telefone e WhatsApp: (85) 9.9999-9000
- E-mails corporativos do domínio: @janeriangeloni.com.br
- Endereço Av. Virgílio Tavora, 1701, sala 1301 - Meireles - Fortaleza - CE





13.2. O Contratante reconhece que qualquer comunicação feita fora desses canais oficiais não será considerada válida para fins contratuais, isentando a Contratada de qualquer responsabilidade por informações ou instruções recebidas por outros meios.

13.3. A Contratada não se responsabiliza por prejuízos, desinformações, atrasos ou falhas na comunicação caso o Contratante utilize números de telefone, e-mails ou aplicativos não reconhecidos como canais oficiais.

13.4. O Contratante se compromete a manter seu telefone, WhatsApp e e-mail sempre atualizados junto à Contratada, sob pena de não receber notificações essenciais para o acompanhamento de seu caso.

***Todas as informações compartilhadas durante o contrato serão mantidas em sigilo.***

14. As partes concordam em manter todas as informações confidenciais compartilhadas no curso do contrato. A Contratada não divulgará informações confidenciais do Contratante a terceiros, exceto quando necessário para a prestação dos serviços jurídicos.

***Este contrato não inclui consultas jurídicas durante o processo. O cliente tem direito apenas a informações sobre o andamento do caso, como atualizações e explicações sobre a sentença ou acórdão.***

15. Este contrato abrange exclusivamente a prestação de serviços advocatícios relacionados ao objeto da ação judicial, incluindo impetração, defesa e acompanhamento do processo.

15.2. O Contratante tem direito apenas a informações sobre o andamento do processo, atualizações processuais e explicações sobre eventuais sentenças e/ou acórdãos proferidos.

15.3. Consultas jurídicas não estão inclusas neste contrato, incluindo esclarecimentos sobre outros assuntos jurídicos, estratégias alternativas, dúvidas sobre direito aplicável fora do caso em questão ou qualquer outro atendimento personalizado.

15.4. Caso o Contratante deseje uma consulta jurídica sobre qualquer tema além das informações básicas do processo, será cobrada uma hora técnica conforme a tabela vigente da OAB ou R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), o que for maior.

15.5. O pagamento da consulta deverá ser realizado antes da realização do atendimento e será feito por transferência bancária, PIX ou outro meio previamente acordado entre as partes.



15.6. A solicitação de consulta jurídica implica na aceitação do valor e da cobrança pelo serviço, independentemente do tempo de atendimento consumido dentro do período contratado.

***Se houver qualquer disputa judicial sobre este contrato, será resolvida na cidade de Fortaleza-CE.***

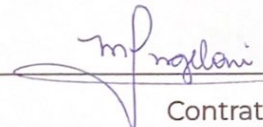
16. Fica eleito o foro da comarca de Fortaleza-CE para dirimir quaisquer dúvidas e casos omissos oriundos do presente contrato, não obstante a idoneidade e sinceridade do propósito de ambas as partes.

E por se acharem as partes de pleno acordo, sendo capazes, assinam o presente contrato, consciente e espontaneamente perante as testemunhas abaixo arroladas, em duas vias, sem rasuras, somente anverso, para maior validade jurídica.

Fortaleza, 09 de junho de 2025

Kelly de Silva Botarino.

Contratante



Contratada

Testemunha \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Testemunha \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

